



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679210 - GO (2021/0214435-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : JAIR ALVES PEREIRA
ADVOGADO : JAIR ALVES PEREIRA - RS046872
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : GERALDO ANTONIO DE RESENDE SAMPAIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de G. A. R. S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5326543-21.2021.8.09.0000).

O paciente vem sendo investigado em inquérito policial, pela prática em tese dos delitos previstos no art. 2º da Lei n. 12.850/12 e no art. 1º da Lei n. 9.613/98 ("Operação Terra Fraca"), no bojo do qual foram deferidas medidas cautelares de busca e apreensão pessoal e bloqueio de bens e valores de até RS 29.245.485,51 (vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a afastar a orientação firmada na Súmula n. 691 do STF. Para tanto, defende a ausência de justa causa e atipicidade fática da conduta do paciente para figurar no inquérito.

Narra que a investigação afirma tão somente que o paciente teria sido sócio do investigado W. O. B. na "empresa que realizou parcialmente obras de terraplanagem e pavimentação asfáltica da Rodovia GO-230, trecho de entroncamento da GO-517 entre Água Fria de Goiás e Mimoso de Goiás, sendo que esse teria se retirado da referida sociedade empresarial em 20/01/2020" (fl. 4).

Aduz que "o ingresso da EHL nas obras referidas na investigação, além de ser por SCP e não por subcontratação, ocorreu muito após todos os ocorridos no Contrato Administrativo 199/2013/AGETOP, inclusive, quando retomado (por ordem em recuperação judicial)" (fl. 10). Por esta razão, ressalta que a empresa EHL não poderá ser responsabilizada pela licitação ou pelas consequências daí advindas.

Salienta que a investigação contra o paciente é desprovida de lastro probatório mínimo, visto que a imputação fática consiste apenas do fato de ser sócio da

empresa. Não obstante tal realidade, de forma arbitrária, foi alvo de medidas cautelares de bloqueio patrimonial (móveis e imóveis) e busca e apreensão até o montante de 29 milhões, razão pela qual teve todo seu patrimônio bloqueado.

Defende a total ausência de justa causa, inexistindo, em seu entender, nexos causal entre os fatos e a conduta do paciente em relação às possíveis ilegalidades investigadas, razão pela qual as medidas deferidas se afiguram excessivas e ilegais.

Destaca tratar-se de hipótese de necessária suspensão da investigação contra o paciente, "a fim de evitar maiores constrangimentos além daqueles já enfrentados, onde sua residência foi arrombada e seu patrimônio bloqueado através de uma ação ilegal amplamente divulgada na imprensa nacional" (fl 17).

Afirma que a decisão apontada como ato coator, de forma teratológica, negou a liminar sob fundamentos estranhos não alegados pela defesa, ressaltando que sequer foram citados indícios de autoria e de materialidade na conduta do paciente com relação aos fatos sob investigação.

Requer, liminarmente, a revogação integral da ordem de restrição patrimonial do paciente, excluindo-o de futuras restrições decorrentes dos fatos investigados. Subsidiariamente, pleiteia que eventual indisponibilidade fique limitada aos bens adquiridos com o produto do ilícito e ao percentual da quota parte de participação empresarial, respeitado o lapso temporal de aquisição de bens em relação aos fatos. Postula, ainda, a devolução imediata dos valores e objetos apreendidos quando do cumprimento dos mandados de busca e apreensão, a liberação do bloqueio patrimonial (móveis e imóveis) e o trancamento da investigação em relação ao paciente.

No mérito, pugna pela concessão da ordem, com a confirmação em definitivo do trancamento da investigação contra o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, sobretudo porque, como bem ponderado na decisão apontada como ato coator, não há como se concluir, "com a necessária segurança, que o paciente sofre de constrangimento ilegal" a ponto de autorizar "o imediato trancamento do inquérito policial em sede liminar, principalmente pela complexidade do caso, sendo necessária a coleta de informações da autoridade indicada como coatora" (fl. 25).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente